

aprova
concursos

SEFAZ-AM

Auditor Fiscal de Tributos Estaduais

Secretaria de Estado
da Fazenda do
Amazonas



Edital **verticalizado**

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Interpretação de texto: decodificação dos diversos tipos de mensagem.
- 2 Compreensão de texto: observação dos processos que constroem os significados textuais.
- 3 A linguagem e a lógica.
4. As estruturas linguísticas no processo de construção de mensagens adequadas.
- 5 A pragmática na linguagem: o significado contextual.
- 6 A semântica vocabular: antônimos, sinônimos, homônimos, parônimos e heterônimos.
7. Os modos de organização discursiva: a descrição, a narração, a exposição informativa e a exposição argumentativa.
- 8 A organização das frases nas situações comunicativas: a colaboração e a relevância; os atos de fala.
- 9 A linguagem lógica e a figurada.
10. Os diversos níveis de linguagem.
11. Os tipos de discurso: direto, indireto e indireto livre.
12. As funções da linguagem.

RACIOCÍNIO LÓGICO- MATEMÁTICO

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
- 2 Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal; raciocínio matemático; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; formação de conceitos; discriminação de elementos.
- 3 Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

MATEMÁTICA FINANCEIRA/ESTATÍSTICA

Matemática Financeira: Juros simples. Montante e juros. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes. Juros compostos. Montante e juros. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes. Capitalização contínua.

Descontos: simples, composto. Desconto racional e desconto comercial.
Amortizações. Sistema francês. Sistema de amortização constante. Sistema misto.
Fluxo de caixa.
Valor atual.
Taxa interna de retorno.
Estatística: Estatística Descritiva: gráficos, tabelas, medidas de posição e de variabilidade.
Probabilidades: conceito, axiomas e distribuições (binominal, normal, poisson, qui-quadrado). Inferência estatística.
Amostragem: amostras casuais e não casuais. Processos de amostragem, incluindo estimativas de parâmetros. Intervalos de confiança.
Testes de hipóteses para médias e proporções.
Correlação e Regressão.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais.
2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas.
3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.
4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
5 Administração Pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos.
6 Poder executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do Presidente da República.
7 Poder legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 7.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7.5 Comissões parlamentares de inquérito.
8 Poder judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do poder judiciário. 8.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 8.2.1.1 Composição e competências.
9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público e Advocacia Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Estado, governo e Administração Pública. 1.1 Conceitos. 1.2 Elementos.
2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes.

- 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa.
- 4 Poderes da Administração Pública. 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 4.2 Uso e abuso do poder.
- 5 Regime jurídico-administrativo. 5.1 Conceito. 5.2 Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.
- 6 Responsabilidade civil do Estado. 6.1 Evolução histórica. 6.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 6.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 6.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado. 6.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 6.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 6.5 Reparação do dano. 6.6 Direito de regresso.
- 7 Serviços públicos. 7.1 Conceito. 7.2 Elementos constitutivos. 7.3 Formas de prestação e meios de execução. 7.4 Delegação: concessão, permissão e autorização. 7.5 Classificação. 7.6 Princípios.
- 8 Organização administrativa. 8.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 8.2 Administração direta e indireta. 8.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 8.4 Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.
- 9 Controle da Administração Pública. 9.1 Controle exercido pela Administração Pública. 9.2 Controle judicial. 9.3 Controle legislativo. 9.4 Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992. 9.5 Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)
- 10 Licitações e contratos administrativos. 10.1 Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
- 11 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas (Lei Estadual nº 1.762/1986).

DIREITO CIVIL

- 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia das leis no espaço.
- 2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Domicílio.
- 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições gerais. 3.2 Constituição. 3.3 Extinção. 3.4 Sociedades de fato. 3.5 Associações. 3.6 Fundações.
- 4 Bens imóveis, móveis e públicos.

- 5 Fato jurídico.
- 6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Invalidade.
- 7 Prescrição. 7.1 Disposições gerais.
- 8 Decadência.
- 9 Obrigações. 9.1 Características. 9.2 Adimplemento pelo pagamento. 9.3 Inadimplemento das obrigações – disposições gerais e mora.
- 10 Contratos. 10.1 Princípios. 10.2 Contratos em geral. 10.3 Disposições gerais.
- 11 Responsabilidade civil objetiva e subjetiva. 11.1 Obrigação de indenizar. 11.2 Dano material. 11.3 Dano moral

DIREITO PENAL

- 1 Aplicação da lei penal.
- 2 Crime.
- 3 Dolo e culpa.
- 4 Crimes contra a fé pública. 4.1 Falsidade de títulos e outros papéis públicos; falsidade documental; fraudes em certames de interesse público.
- 5 Crimes contra a administração pública. 5.1 Crimes praticados por funcionário público e por particular contra a administração pública.
- 6 Lei Federal nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).
- 7 Lei Federal nº 8.137/1990 e suas alterações (crimes contra a ordem tributária).
- 8 Lei Federal nº 10.028/2000 (crimes contra as finanças públicas).
- 9 Infração administrativa.

DIREITO EMPRESARIAL

- 1 Fundamentos do direito empresarial. 1.1 Origem e evolução histórica, autonomia, fontes e características. 1.2 Teoria da empresa. 1.3 Empresário. 1.3.1 Conceito, caracterização, inscrição, capacidade; empresário individual; pequeno empresário. 1.4 Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (microempresa e empresa de pequeno porte). 1.5 Prepostos do empresário. 1.6 Institutos complementares. 1.6.1 Nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração.
- 2 Registro de empresa. 2.1 Órgãos de registro de empresa. 2.2 Atos de registro de empresa. 2.3 Processo decisório do registro de empresa. 2.4 Inatividade da empresa. 2.5 Empresário irregular.
- 3 Direito societário. 3.1 Sociedade empresária. 3.1.1 Conceito, terminologia, ato

constitutivo. 3.2 Sociedades simples e empresárias. 3.3 Personalização da sociedade empresária. 3.4 Classificação das sociedades empresárias. 3.5 Sociedade irregular. 3.6 Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. 3.7 Desconsideração inversa. 3.8 Regime jurídico dos sócios. 3.9 Sociedade limitada. 3.10 Sociedade anônima. 3.11 Lei nº 6.404/1976 e suas alterações. 3.12 Sociedade em nome coletivo. 3.13 Sociedade em comandita simples. 3.14 Sociedade em comandita por ações. 3.15 Operações societárias. 3.15.1 Transformação, incorporação, fusão e cisão. 3.16 Relações entre sociedades. 3.16.1 Coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico. 3.17 Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.

CONTABILIDADE GERAL

1. Contabilidade. Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil.
2. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
3. Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura.
4. Atos e fatos administrativos.
5. Livros contábeis obrigatórios e documentação contábil.
6. Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas.
7. Apuração dos resultados.
8. Regimes de apuração. Caixa e competência.
9. Escrituração contábil. Lançamentos contábeis; contas patrimoniais, resultado.
10. Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos.
11. Itens Patrimoniais. Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.
12. Demonstrações contábeis. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.
13. Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações.
14. Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei Federal nº 11.638/07 e suas alterações e Lei Federal nº 11.941/09 e suas alterações.
15. Estoques. Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação.
16. Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas.

CONTABILIDADE AVANÇADA

Provisões Ativas e Passivas, Tratamento das Contingências Ativas e Passivas.
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
Tratamento das Participações Societárias, conceito de coligadas e controladas, definição de influência significativa, métodos de avaliação, cálculos, apuração do resultado de equivalência patrimonial, tratamento dos lucros não realizados, recebimento de lucros ou dividendos de coligadas e controladas, contabilização.
Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: Objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos.
Conceitos e procedimentos: Filiais, agências, sucursais ou dependências no exterior.
Conversão das demonstrações de uma entidade no exterior. Reorganização e reestruturação de empresas: Incorporação, fusão, cisão e extinção de empresas - Aspectos contábeis, fiscais, legais e societários da reestruturação social.
Apuração e tratamento contábil da mais valia, do goodwill e do deságio: cálculos, amortizações e forma de evidenciação. Redução ao valor recuperável, mensuração, registro contábil, reversão.
Debêntures, conceito, avaliação e tratamento contábil. Tratamento das partes beneficiárias.
Tratamento de operações de arrendamento mercantil.
Ativo Não Circulante Mantido para Venda, Operação Descontinuada e Propriedade para Investimento, conceitos e tratamento contábil.
Ativos Intangíveis, conceito, apropriação, forma de avaliação e registros contábeis.
Tratamento dos saldos existentes do ativo diferido e das Reservas de Reavaliação.
Mensuração a Valor justo e apuração dos ativos líquidos – conceitos envolvidos, cálculos e apuração e tratamento contábil.
Ajuste a valor presente: Objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos.
Subvenção e Assistência governamentais - conceitos, tratamento contábil, avaliação e evidenciação.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

1. Conceitos gerais e terminologia aplicável à contabilidade de custos.
2. Conceitos e classificação dos custos.
3. Apropriação dos custos à produção. Conceito e critérios de atribuição dos custos.
4. Departamentalização: conceito, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto.

5. Taxa de aplicação dos custos indiretos de produção.
6. Apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos.
7. Utilização de equivalentes de produção.
8. Tipos de produção. Conceito, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos. Produção por ordem, produção contínua, produção conjunta.
9. Tipos de custeio. Conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados.
10. Formas de controle dos custos.
11. Custos estimados. Conceito, tratamento contábil, análise das variações.
12. Custos controláveis. Conceito, tratamento contábil e aplicação.
13. Custo padrão. Conceito, tratamento contábil, aplicação e análises das variações.
14. Margem de contribuição. Conceito, cálculos e aplicação.
15. Análise do custo \times volume \times lucro.
16. Variações do ponto de equilíbrio.
17. Grau de alavancagem operacional.
18. Margem de segurança.

ANÁLISE DE DADOS

1. Dado, informação, conhecimento e inteligência. Dados estruturados e não estruturados. Dados abertos. Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados.
2. Bancos de dados relacionais. 2.1 Conceitos básicos e características. Metadados. Tabelas, visões (views) e índices. Chaves e relacionamentos.
3. Noções de modelagem dimensional. 3.1 Conceito e aplicações.
4. Noções de mineração de dados. 4.1 Conceituação e características. Modelo de referência CRISP-DM. Técnicas para pré-processamento de dados. Técnicas e tarefas de mineração de dados. Classificação. Regras de associação. Análise de agrupamento (clusterização). Detecção de anomalias. Modelagem preditiva. Aprendizado de máquina. Mineração de texto.
5. Noções de big data. 5.1 Conceito, premissas e aplicação.
6. Visualização e análise exploratória de dados.
7. Noções de Microsoft Power BI e Business Intelligence Enterprise Edition – Oracle.
8. Conhecimento básico da estrutura da EFD ICMS/IPI (Guia Prático EFD ICMS IPI - v. XXX) 8.1 Noções de relacionamento entre registros da EFD ICMS/IPI e da NFe: EFD Registro 0000, 0150, 0200, 0220, C100, C170, C176, C195, C197, C400, C405, C420, C425 e registros dos Blocos E, H

AUDITORIA FISCAL

- 1 Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria – NBC TA e NBC PA.
- 2 Amostragem em Auditoria. NBC TA 530, aprovada pela Resolução CFC nº 1.222/2009.
- 3 Testes de observância.
- 4 Testes substantivos.
- 5 Testes para subavaliação e testes para superavaliação.
- 6 Evidências de auditoria.
- 7 Procedimentos de auditoria.
- 8 Identificação de fraudes na escrita contábil.
- 9 Demonstrações contábeis sujeitas a auditoria.
- 10 Auditoria no ativo circulante. 10.1 Recomposição contábil do fluxo de caixa da empresa.
- 11 Identificação de saldo credor na conta caixa por falta de emissão de documentos fiscais.
- 12 Suprimento das disponibilidades sem que haja comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros: aumento do capital social, adiantamentos de clientes, empréstimos de sócios ou de terceiros, operações, prestações ou recebimentos sem origem, alienação de investimentos e bens do ativo imobilizado.
- 13 Aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário.
- 14 Baixa fictícia de títulos não recebidos.
- 15 Cotejamento de recebíveis com os registros contábeis de receitas.
- 16 Auditoria no ativo não circulante. 16.1 Superavaliação na formação dos custos de estoque.
- 17 Auditoria no ativo realizável a longo prazo. 17.1 Identificação de origens de recursos fictícias.
- 18 Auditoria em investimentos.
- 19 Auditoria no ativo imobilizado. 19.1 Ativos ocultos.
- 20 Alienação fictícia de bens.
- 21 Auditoria no ativo intangível.
- 22 Auditoria no passivo circulante. 22.1 Falta de registro contábil dos passivos de curto prazo.
- 23 Passivos fictícios.
- 24 Identificação de passivos já pagos e não baixados.
- 25 Auditoria no passivo não circulante.
- 26 Auditoria no patrimônio líquido.

- 27 Aumento do capital social sem comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros.
- 28 Contabilização de reservas.
- 29 Subvenções.
- 30 Auditoria em contas de resultado.
- 31 Registro de receitas e despesas.
- 32 Ocultação de receitas.
- 33 Superavaliação de custos e despesas.
- 34 Identificação de fraudes e erros na escrita fiscal.
- 35 Auditoria na escrita fiscal digital (EFD) e na nota fiscal eletrônica (NFe).
- 36 Testes de auditoria nos registros da NFe e nos registros de entradas, saídas, inventário, apuração do ICMS, da produção e do estoque e do documento controle de crédito de ICMS do ativo permanente (CIAP), modelos "C" ou "D" (ajuste SINIEF2/2010).
- 37 Identificação das principais divergências fiscais, utilizando conhecimento em sistemas gerenciadores de banco de dados (SGBD) e nos leiautes da EFD e da NFe: crédito de ICMS sobre aquisições para uso e consumo, ativo imobilizado ou submetidas a saídas isentas e não tributadas.
- 38 Crédito de ICMS em valor superior ao permitido pela legislação tributária.
- 39 Verificação da alíquota ou base de cálculo utilizada pelo contribuinte com aquelas previstas na legislação tributária.
- 40 Cotejamento do ICMS devido nas operações submetidas à substituição tributária e o declarado no documento fiscal.
- 41 Auditoria em operações de importação.
- 42 Lei Complementar nº 105/2001 (dispõe sobre sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências).

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 1 Tributo. 1.1 Conceito e classificação (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições diversas).
- 2 Normas gerais de direito tributário. 2.1 Legislação tributária (Constituição, emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, leis delegadas, decretos legislativos, resoluções do Senado Federal, decretos e normas complementares); vigência e aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária.
- 3 Obrigação tributária principal e acessória; hipótese de incidência e fato gerador da obrigação tributária; sujeição ativa e passiva; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.

- 4 Responsabilidade tributária. 4.1 Conceito; responsabilidades dos sucessores; responsabilidade de terceiros; substituição tributária; responsabilidades por infrações.
- 5 Crédito tributário. 5.1 Conceito; constituição; lançamento (modalidades de lançamento; hipótese de alteração do lançamento); suspensão da exigibilidade; extinção; exclusão; garantias e privilégios do crédito tributário.
- 6 Administração tributária. 6.1 Características, prerrogativas, fiscalização; dívida ativa; certidões negativas.
- 7 Sistema Tributário Nacional. 7.1 Princípios gerais; regime especial de tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006); limitações ao poder de tributar; tributos de competência da União (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições diversas); tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para custeio do regime previdenciário); tributos de competência dos Municípios e do Distrito Federal (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para custeio do regime previdenciário e contribuição para custeio do serviço de iluminação pública); repartição das receitas tributárias.
- 8 ICMS nas operações interestaduais e nas exportações e importações (Lei Complementar nº 87/1996).
- 9 Convênios para a concessão de isenções de ICMS (Lei Complementar nº 24/1975).
- 10 Lei Complementar nº 116/2003 (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.).
- 11 Lei Complementar nº 160/2017 (Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstauração das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais).
12. Resoluções do Senado Federal nos. 22/89 e 95/96.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

1. DL 288/67 (Zona Franca de Manaus).
2. LC Estadual 19/97 (Código Tributário do Estado do Amazonas).
3. Regulamento do ICMS, aprovado pelo Dec. 20.686/99.
4. Lei Estadual 2.826/2003 (Política de Incentivo Fiscal).
5. Decreto 23.994/03 – Regulamento Lei de Incentivos Fiscais.
6. Decreto Estadual 26.428/06 – (Regulamento do IPVA).
7. Decreto 4564/79 – Processo Tributário Administrativo.
8. Lei Estadual nº 3.830/12 e Decreto Estadual nº 33.084/13.



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br